

**Sondando vestígios: Fulas e Bijagós através do  
*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946-1973)***

Fátima Cristina Leister\*

Uma das maiores dificuldades em pesquisar o continente africano no Brasil passa pela própria formação educacional brasileira que, ao longo dos anos e sob a hegemonia europeia, tem pautado o ensino de História em historiografias lineares e evolutivas, reproduzindo discursos estereotipados e preconceituosos. Ao pensar a África geralmente acompanhamos a chegada dos exploradores europeus restringindo, dessa maneira, nossa capacidade de pensá-la em seus movimentos e processos históricos, independentemente e apesar do mundo capitalista-ocidental.<sup>1</sup>

Novas visões sobre as relações coloniais surgiram a partir da década de 70 quando outras abordagens foram derrubando perspectivas eurocêntricas e desconstruindo discursos positivistas. O que estava perdido ou fora propositalmente escondido ganhou visibilidade com pesquisadores e intelectuais que passaram a *re-construir*, paulatinamente, um passado até então homogeneamente projetado.

O trabalho de Mary Louise Pratt (1999:31), por exemplo, ressalta a necessidade de um longo processo para que haja a "descolonização do conhecimento". Destaca, entre outros pontos, a importância dos espaços coloniais e o encontro de pessoas "geográfica e historicamente separadas (que) entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada". Nos espaços coloniais histórias foram forjadas e diversas dimensões foram ignoradas, restando, apenas, as diferenças que delimitaram,

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

<sup>1</sup> Sobre o ensino de história da África no Brasil ver OLIVA, Anderson. *A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 421-461, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br> > em 20 jun. 2009.

inequivocamente, o lugar de cada um no cenário do imperialismo europeu, fortemente presente a partir do XIX.

Não obstante a promulgação da Lei 11.645<sup>2</sup>, que desde 2008 tornou obrigatório o ensino de História, Cultura Africana e Cultura Afro-Brasileira, ainda há muito que avançar para minimizar deficiências curriculares e reorientar a reflexão sobre “as Áfricas” e os africanos. Embora esteja claro que “nunca se pode saber tudo”, também é evidente que ao “saber menos, se aceita a possibilidade de esquecer” (SARLO, 1997:42). Diante disto, a responsabilidade do historiador, enquanto mediador da relação entre memória e esquecimento, é incontestável. Assim, rejeitando a “possibilidade de esquecer” e a “tentação” de reproduzir discursos construídos ao longo de décadas, percebemos e abraçamos a dimensão crítica dessa atividade que nega, entre outras impropriedades, sujeições à historiografia hegemônica.

Nessa medida, pensar sobre a África e refletir sobre a pergunta de Edward Said (2003:30) - “Quem deverá revelar e elucidar as disputas, desafiar e ter esperança de vencer o silêncio imposto e a quietude conformada do poder?” - leva a uma quietude incômoda e perceptível inércia que não contribui para “elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível.”

A partir dessas inquietações iniciamos o presente trabalho buscando ampliar horizontes históricos e contribuir com os debates historiográficos já formulados. Voltamos nossa atenção para a África do Oeste, particularmente para a região da atual Guiné-Bissau, na pretensão de encontrar pistas de culturas pouco conhecidas, sondamos as brechas da “diferença colonial”<sup>3</sup> através de registros publicados no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> A lei 11.645 de 10/3/2008 altera o art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Referido artigo passou a vigorar com a seguinte redação: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 03 mar.2011.

<sup>3</sup> Sobre o conceito de “diferença colonial” ver: MIGNOLO, Walter. *Saberes locais/Histórias globais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000; PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>4</sup> O *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)* é uma revista acadêmica de responsabilidade do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, instituição criada em 1946 para promover a “informação e

Utilizar o *Boletim Cultural* ou conhecer a Guiné-Bissau em seus tempos coloniais não foi uma decisão conscientemente planejada. Durante uma pesquisa de graduação sobre a Guiné-Bissau, em 2008, houve muita dificuldade em encontrar referências bibliográficas e ficou muito evidente o quão pouco se sabe, no Brasil, acerca do continente africano e sua população. Quanto à Guiné, colônia ou país independente, o desconhecimento é quase palpável, basta tentar localizá-la no mapa geopolítico. Um olhar desatento pode facilmente confundi-la com a Guiné-Conacri (antiga colônia francesa), com a Guiné Equatorial (antiga colônia espanhola)<sup>5</sup> ou até mesmo com Papua - Nova Guiné, país que ocupa a parte oriental da ilha Nova Guiné. Segundo James Sweet (2007), antes de 1600 a maioria dos escravos africanos era conhecida, no mundo português, como escravos da Guiné. Isto ocorria em função do predomínio da região da Alta Guiné<sup>6</sup> no tráfico de escravos daquele período e, dessa maneira, o termo guiné tornou-se sinônimo de todos os africanos oriundos daquela região. As confusões são de toda ordem, mas, então, como se pode saber mais?

Autores consagrados, como Ki-Zerbo (1982, 2006), Elikia M'Bokolo (2009) ou John Iliffe (1999), por exemplo, leituras obrigatórias para os iniciantes nos assuntos das Áfricas, fazem referências à Guiné-Bissau ou à Guiné Portuguesa num contexto mais amplo, o qual assume denominações tais como Alta Guiné, Senegâmbia, África Negra, Subsaariana, etc. Africanistas brasileiros na última década<sup>7</sup> têm proposto novos olhares e abordagens ao continente africano. Sem a pretensão de abranger a totalidade do que há publicado no Brasil até o momento, é possível perceber que a Guiné, enquanto colônia, província ou país independente, não atraiu o interesse dos pesquisadores. Isto pode ser

---

acultura” da colônia.

<sup>5</sup> Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Guiné Equatorial pertencem à região também conhecida, no período colonial, como Guiné, esta composta, atualmente, por Senegal, Gana, Cabo Verde, Costa do Marfim, Benim, Camarões, Gabão, Gâmbia, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa e Togo.

<sup>6</sup> Alta Guiné é a região compreendida entre o atual Senegal e o Cabo das Palmas no extremo sul da Libéria.

<sup>7</sup> Aqui relacionamos apenas algumas obras publicadas no Brasil nos últimos 10 anos: 1-FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*: Rio de Janeiro séc. XVIII-XIX. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005; 2- GOMES, Flávio. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003; 3-HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005; 4-MATTOS Regiane A. de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007; 5-SERRANO C., WALDMAN, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008; 6-COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

consequência, entre outras razões, de questões conjunturais que a inferiorizaram perante o mundo colonial ou, ainda, da contínua instabilidade político-institucional do país, na atualidade, dificultando, sobremaneira, pesquisas de campo na região. Como aponta o historiador francês René Pélissier (2001:23), “a Guiné dos Portugueses, que foi depois a Guiné-Bissau, continua a ser um país infelizmente desconhecido e mesmo subestimado por aqueles cuja profissão é dar a conhecer a África ao mundo”.

A partir dessas dificuldades e persistindo na busca por conhecer mais sobre a Guiné encontramos, através da *internet*, a página do *Projeto Memória de África e do Oriente*<sup>8</sup>. Coordenado pela *Fundação Portugal-África*<sup>9</sup>, este projeto, iniciado em 1997, vem recolhendo, tratando e disponibilizando no formato digital, grande quantidade de registros (periódicos, fotografias, documentos oficiais, livros didáticos, etc.) dispersos entre os centros de documentação dos países lusófonos

Dentre os documentos disponibilizados pelo *Memória de África e Oriente* está o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, o qual, sob a responsabilidade do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*, teve 110 edições publicadas entre 1946 a 1973, as quais estão, totalmente digitalizadas e disponíveis para consulta através da *internet*. Segundo Moema Parente Augel (1999:26),

*nada se iguala ao Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), realmente sem similar nos outros países de colonização portuguesa [...] Constitui um receptáculo precioso de informações no campo da administração colonial e no âmbito cultural, no seu mais amplo sentido.*

No primeiro contato com esse *corpus* documental é visível a grande variedade de registros, os quais podem abrir possibilidades de estudo em diversas áreas do conhecimento. Os artigos, relatórios etnográficos, descrições de costumes, crenças, rituais, festas e contos publicados, poderão possibilitar sondagens em torno de sociedades pouco conhecidas. Poderemos buscar respostas para questões que apontam para instigantes desafios metodológicos: como os povos da Guiné Portuguesa foram

---

<sup>8</sup> O portal do Projeto Memória de África e do Oriente está disponível através do endereço <http://memoria-africa.ua.pt>

<sup>9</sup> A Fundação Portugal-África é uma organização não-governamental de desenvolvimento, constituída em 1995 na cidade do Porto, Portugal. Entre seus fundadores estão treze Centros de investigação e universidades, tais como a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro. Cf. <http://www.fpportugalafrika.pt/>

vistos e retratados pelos articulistas do *Boletim*? Como se permitiram mostrar? Como o espaço de luta, o momento vivido e a experiência, foram reproduzidos por portugueses e guineenses através dos artigos publicados? Entendemos que o conteúdo do *Boletim Cultural* pode apresentar vestígios da cultura guineense, esta compreendida como um modo de viver e de pensar, na incorporação do que vem da cultura hegemônica e na integração e fusão do que vem de sua memória histórica, conforme nos mostra Raymond Williams (1979).

Recorrer ao *Boletim Cultural* abre um caminho de possibilidades, mesmo tendo em conta tratar-se de uma fonte indireta onde articulistas, majoritariamente representantes da cultura do colonizador, intermedeiam e descrevem modos de vida que lhe são alheios. Clara Carvalho (2004, p.63) aponta que os colaboradores do *Boletim Cultural* eram, em maioria, funcionários administrativos coloniais, civis ou militares, grande parte oriundos de Cabo Verde, colônia portuguesa à época. Destaca, também, que, embora efetuassem “pesquisas de campo”, os autores não “possuíam uma formação específica, nomeadamente em antropologia (ao contrário das colaborações de médicos, agrônomos, biólogos, veterinários), cujo ensino era incipiente em Portugal.” Sobre isso, Ana Falcão (2006:4) considera que

*não é possível negar a existência concomitante de uma ‘antropologia aplicada’, funcionando nos momentos de normalidade da prática colonial, ainda que não praticada necessariamente pela mão de antropólogos. Na verdade, até há alguns anos em Portugal não se formavam antropólogos a um nível académico, mas a antropologia era uma cadeira das escolas de quadros coloniais. Os sistemas manejados por estes funcionários do regime foram os mais variados, desde que permitidos pelo enquadramento colonial, e a pesquisa de campo constituiu o denominador comum entre eles. O argumento que daqui emana refere-se a uma especificidade do colonialismo português que, a despeito da pobreza, fragmentação e subalternidade da antropologia portuguesa, agregou autonomamente um conjunto de saberes sobre as colónias.*

De fato, os colaboradores do *Boletim Cultural* não possuíam ferramentas teórico-metodológicas que amparassem suas investigações. No entanto, apesar das fragilidades, podemos recorrer a Henri Moniot (1988:100-106) quando afirma que “certa história era feita, por um punhado de exploradores, militares, missionários, administradores [...] quase sempre empíricos e autodidatas, ainda mais, isolados, sem eco, sem suporte universitário.” Assim, a partir dessa história, escavada mais a fundo, escovada a contrapelo, lembrando Benjamin (1994:223), poderemos perceber que “nada do que um

dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, pois nas “vozes” que hoje escutamos ecoam outras silenciadas, as quais se pretende captar através do presente trabalho.

Nessa medida, as análises de artigos do *Boletim Cultural* devem ser feitas lembrando que, em grande parte, resultam de olhares “contaminados” pelos preconceitos ocidentais, mas, nem por isso, inválidos. Lembrando Edward. P.Thompson (2001), refletindo sobre o trabalho dos folcloristas do século XVIII, a abordagem desse material deve ser feita com precaução. Para Carlo Ginsburg (1987), o filtro e a intermediação não inviabilizam a fonte e podem, portanto, fornecer vestígios e pistas que respondam às inquietações suscitadas. Trabalhar com os artigos etnográficos publicados no *Boletim Cultural* poderá nos inspirar em Robert Darnton (1986:14) e em sua brilhante obra *O Grande Massacre de Gatos*. Nela, tal qual um “historiador etnográfico (estudou) a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo” buscando sua cosmologia e sua forma de estar no mundo. Assim, entendemos que o *Boletim Cultural* pode fornecer registros onde “fragmentos de discurso reclamam ser escutados de maneira diferente, antecipam o que numa sociedade ainda permanece obscuro ou iluminam com outra luz um passado que parecia definitivamente organizado.” (SARLO, 1997:61)

### **O surgimento do *Boletim Cultural***

As exigências resultantes da revolução industrial fizeram da África alvo de disputa entre as potências europeias gerando, com isso, instabilidades geopolíticas sem precedentes. Radicalizados os nacionalismos que urgiam por soluções diplomáticas, o território africano foi repartido e alguns ânimos apaziguados após a Conferência de Berlim. Para Portugal, o resultado desse encontro não foi o esperado: perdendo a primazia do direito histórico de ocupação<sup>10</sup> e premido pela necessidade de manter as colônias africanas, o governo português teve de agir de forma mais efetiva e convincente.

---

<sup>10</sup> Na Conferência de Berlim (1884-1885) foi definido o “princípio de ocupação” de territórios coloniais em detrimento do “princípio do direito histórico”, ou seja, era preciso ocupar para definir a “propriedade”.

Intensificaram-se, em consequência, as *Campanhas Africanas de Ocupação e Pacificação* em toda África portuguesa. Na Guiné elas ocorriam desde o início do século XIX, intensificaram-se por volta de 1880<sup>11</sup> quando ocorreram operações militares contra vários grupos étnicos, tais como os Papéis, Balantas, Biafadas, Fulas e Manjacos<sup>12</sup>. Cabe ressaltar que, ao longo de todo o período da presença portuguesa na Guiné, e principalmente durante esse período, houve resistência e insubmissão das populações locais. Segundo Moema Parente Augel (2007:57), “desde os primeiros tempos houve ambos os lados da medalha, a hostilidade e a hospitalidade, a reação e a submissão, o compromisso e a revolta”, daí existirem etnias que estavam mais próximas, tais como os fulas, e outras, mais refratárias, como os bijagós.

Com os revezes da primeira experiência republicana em Portugal, que culminaram com o golpe de estado de 1926, a consecutiva ditadura do Estado Novo e a ascensão do regime de Salazar<sup>13</sup>, foi criado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, posteriormente estendido à Guiné<sup>14</sup> (MARQUES, 2006). Ao mesmo tempo em que Portugal buscava uma unidade política, aprofundaram-se as diferenças sociais entre portugueses e “indígenas”, insulares e continentais, colonos e negros, europeus e africanos.

Após a decretação do *Acto Colonial*, em 1930 foi promulgada a *Carta Orgânica do Império Colonial Português*, documento fundante da idéia pela qual cabia à “nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar os territórios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas nele compreendidas”<sup>15</sup>. Na perspectiva de “civilizar” todos os africanos, visto que para os portugueses eram, em princípio, mentalmente atrasados e não podiam prescindir da tutela do Estado, Portugal pretendia,

---

<sup>11</sup> Sobre as Campanhas de Pacificação ver PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841 -1936*. Lisboa: Estampa 2001, v. I e II.

<sup>12</sup> Na Guiné Portuguesa, assim como na atual Guiné-Bissau, havia um mosaico de etnias. Balantas, Fulas, Manjacos e Mandingas são as mais expressivas numericamente, no entanto, há mais de uma dezena de outras.

<sup>13</sup> António de Oliveira Salazar foi ministro das finanças de 1928 a 1932, presidente do Conselho de Ministros de 1932 a 1968 e presidente interino de Portugal em 1951.

<sup>14</sup> Somente em 1946 o Estatuto alcançou São Tomé e Príncipe e Timor. Em Cabo Verde, Macau e no Estado da Índia ele nunca foi aplicado, embora os nativos fossem chamados de “indígenas”.

<sup>15</sup> A Carta orgânica do império colonial português foi promulgada pelo Decreto-Lei nº 23.228 de 15 de novembro de 1933

implicitamente, preservar seu celeiro abastecedor, bem como atrair capitais internacionais. (CARDOSO, 1992).

Quando advieram os fortes movimentos contra o colonialismo após a 2ª Guerra Mundial, e emergiram o atraso e a servidão que persistiam todo império ultramarino, Portugal teve que reformular sua política colonial. Chamada de “ocupação científica”, tal política visava, teoricamente, integrar as colônias ao Estado português, assim como a população autóctone à Nação portuguesa. Para além do discurso de exaltação, esse momento proporcionou a criação, nas colônias, de instituições de pesquisa fomentadoras de missões e trabalhos de cunho técnico-científico, as quais, em última instância, assumiram o papel institucional da nova política adotada. (MARQUES, 2006; CARVALHO, 2004).

O “novo” projeto colonial português repousava sobre a inter-relação entre o desígnio político, a identidade nacional e o campo científico. O “saber colonial” passou a ser produzido através do compromisso entre a ciência e o campo político. Segundo Patrícia Matos (2006:55), esse “saber” era amparado pela criação de várias instituições “que reuniram um vasto espólio de obras, trabalhos e colecções de objectos, financiaram e patrocinaram publicações, exposições, congressos e eventos similares ligados à divulgação de ‘saberes’ sobre as colónias”.

Dentro desse contexto, “a pretexto das comemorações do quinto centenário de sua ‘descoberta’ em 1946” (CARVALHO, 2004:59), várias obras públicas foram inauguradas por todo o território da Guiné. Em 1945 surgiu o Museu da Guiné Portuguesa e, em 1946, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, que passou a produzir, supervisionar e editar o *Boletim Cultural*.

Em 21 de julho de 1945 o Governador da Guiné Portuguesa, capitão-tenente Manuel Maria Sarmiento Rodrigues<sup>16</sup>, amparado pelo artigo nº 31 do Acto Colonial, e pelo artigo nº 37 da Carta Orgânica do Império Colonial Português, criou o *Boletim Cultural*

---

<sup>16</sup> Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1899-1979), português de Freixo de Espada à Cinta, foi Governador da Colônia da Guiné entre 1945 e 1950. Oficial da Marinha integrou o Governo de Antonio Salazar como Ministro das Colônias entre 1950 e 1961 (designação alterada em 1951 para Ministro do Ultramar) e como Governador-Geral de Moçambique (1961-1964). Faleceu em Lisboa em 1979 deixando várias publicações sobre a vida política do império português

*da Guiné Portuguesa*. com o objetivo de divulgar “cultura e informação”. Tal como a intelectualidade metropolitana, e também toda a mentalidade europeia, Sarmiento Rodrigues considerava inexistir cultura na Guiné, pois o mundo extra-europeu há muito fora desqualificado em nome da civilização e do progresso.

Não se pode falar dos anos iniciais do *Boletim Cultural* sem conceder destaque ao empenho e trabalho de Avelino Teixeira da Mota<sup>17</sup>. Auxiliar direto do governador Sarmiento Rodrigues, com ele participou da criação do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* e do direcionamento da nova publicação. Chegou à Guiné em 1945, como segundo-tenente, e desenvolveu um trabalho sem equivalência no império português. Para ele, os funcionários administrativos e os missionários, pessoas próximas aos “indígenas”, eram os mais indicados para desenvolver estudos etnográficos. Amparava tal idéia nas obras de Maurice Delafosse<sup>18</sup> e do padre guineense Marcelino Marques de Barros, estudioso do vocabulário e termos mandingas, beafadas, fulas, balantas e bijagós.

Os primeiros artigos recebidos para publicação foram criticados por Teixeira da Mota que os considerou muito genéricos, ou seja, eram “trabalhos abrangendo grande extensão de pontos, mas em relativa pequenez de profundidade”<sup>19</sup>. Nesse sentido, orientou para que fossem feitas observações localizadas, atentas às especificidades de cada região. Sugeriu temas considerados de maior interesse para a política colonial, tais como a arte “indígena” - principalmente bijagó, mandinga e nalú -, a religião das “tribos feiticistas” e a recolha de tradições históricas – orais e escritas -, lendas, mitos, contos, fábulas e provérbios. Em última instância, era necessário conhecer o que até então era desconhecido.

As orientações de Teixeira da Mota traduziam, para além de um amplo levantamento cultural, interesses políticos que iam ao encontro daquele tumultuado momento do pós-

---

<sup>17</sup> Nascido em 22/9/1920 em Lisboa, Avelino Teixeira da Mota teve longa carreira militar. Entre outros títulos, foi acadêmico da Academia Portuguesa de História (1962), lecionou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1965-1969) como regente da cadeira de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Presidiu o Tribunal da Marinha e deixou inúmeras obras, em especial sobre cartografia antiga e sobre a expansão marítima portuguesa. Morreu em abril de 1982.

<sup>18</sup> Maurice Delafosse (1870-1926), funcionário administrativo e etnógrafo francês, deixou extensa obra sobre a África Ocidental francesa.

<sup>19</sup> BCGP, v.1, n. 1-4, 1946, p. 184.

guerra quando, na contramão dos movimentos pela descolonização, Portugal lutava por manter um império cada vez mais anacrônico. Endossando os rumos traçados por seu assessor direto, o Governador Sarmiento Rodrigues, utilizou as páginas do primeiro número do *Boletim Cultural* para conclamar os funcionários da administração a envidarem esforços no sentido de apreender as culturas guineenses para, dessa forma, reforçar os liames da colonização. Convicto, também, de que os “superiores” valores portugueses sobreporiam o dos povos locais, Sarmiento Rodrigues<sup>20</sup> ratificava a importância dos trabalhos etnográficos, tal como orientado por Teixeira da Mota, dirigindo-se a todo o corpo administrativo:

*É ao superior interesse que espero lhes mereça o estudo do que diga respeito aos valores indígenas, das suas artes primitivas, das suas línguas, dos costumes e tradições, de tudo que possa registrar uma existência, uma personalidade que o tempo fatalmente destruirá [...] É preciso que a nossa vinda e permanência seja, como é, superiormente acolhedora do presente e do passado, dos vencedores e dos vencidos*

Reforçando as iniciativas de Sarmiento Rodrigues e Teixeira da Mota, Marcello Caetano<sup>21</sup>, Ministro das Colônias em Portugal, no ano de 1946, abriu a primeira edição com uma mensagem de onde sobressai, claramente, a pouca importância e o desconhecimento que Portugal tinha sobre aquela colônia:

*Praticamente a Guiné era desconhecida: para o grande público português, mesmo para o seu escol de cientistas, políticos e homens de letras, continuava por descobrir! [...] Acaso se pode fazer séria política indígena antes de se saber o que a antropologia e a etnografia estão em condições de nos ensinar sobre os naturais da terra? [...] e esta Revista surge na hora própria, na hora oportuna para recolher novos estudos e divulgá-los, sobretudo para levar ao conhecimento do maior número de pessoas possível aquilo que os estudiosos forem apurando sobre esta nossa rica e promissora colônia.*

Ao *Boletim Cultural* foi dado um acadêmico, com regras claras para acolhimento de artigos, os quais deveriam ser, preferencialmente, fruto de observações diretas, tal como um “trabalho de campo”, recurso considerado essencial para se conhecer a colônia e seus habitantes. A “Comissão de Redação só (poderia) aceitar e fazer vir à luz obras que (tivessem) o carácter de investigação ou observação directa e que (marcassem),

---

<sup>20</sup> BCGP, v.2, n. 5, 1947, p. 268.

<sup>21</sup> BCGP, v.1, n. 1-4, 1946, p. 11.

sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como são encarados”<sup>22</sup>.

Nos 10 anos iniciais de existência, o *Boletim Cultural* foi impresso em Lisboa, na Sociedade Industrial de Tipografia<sup>23</sup>. De formato sóbrio e com cores diferentes, porém discretas, todas as suas capas e contracapas têm em comum o brasão<sup>24</sup> da Colônia da Guiné Portuguesa. Adotado a partir de 1935, sua composição traz informações significativas, das quais destacamos: a metrópole portuguesa é representada em branco, com cinco pequenos escudos azuis posicionados em cruz, cada um deles com cinco besantes<sup>25</sup> de prata. A colônia da Guiné aparece em preto com um cetro em ouro finalizado pela cabeça de um negro, alusão a D.Afonso V, o *Africano*, rei de Portugal ao início da exploração do continente. Unindo as partes, ondas verdes simbolizam a ligação entre Portugal e a Guiné através do oceano e, mais do que isso, reforçam a distância, tanto física quanto cultural, existente entre a colônia e o território português. Em outras palavras, estão subentendidas dualidades, tais como branco/negro, colonizador/colonizado, civilizados/bárbaros, poder/submissão, marcadamente presentes no reforço constante da diferença.

A circulação do *Boletim Cultural* era feita de várias formas: todos os membros do Centro Cultural recebiam um exemplar, aos autores eram oferecidas 50 cópias de seus artigos, havia o serviço de assinaturas mediante pagamento de frete e, por último, também havia a possibilidade de permuta com organismos que manifestassem interesse. Foram permutados exemplares com todo o “mundo português” (Portugal, Madeira, Açores, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé, Timor, Macau), bem como com vários países europeus e africanos<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> *Idem*, introdução.

<sup>23</sup> Do nº 45 ao nº 59 as edições do *Boletim Cultural* foram impressas ora em Bolama (números do ano de 1956), ora da Imprensa Portuguesa da cidade do Porto, o que se manteve até os últimos números.

<sup>24</sup> O brasão de armas foi instituído a partir de 1935 para cada uma das colônias portuguesas. Todos seguem o mesmo padrão, exceto quanto à parte direita que guarda particularidades de cada uma delas.

<sup>25</sup> Antiga moeda de ouro bizantina que circulava na Europa até o século XVI.

<sup>26</sup> Uma cópia de cada edição do *Boletim Cultural* foi enviada para a Alemanha, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália, Polônia, Romênia, Rússia, China, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai, Nigéria, Senegal, Gabão, entre outros. O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro possui 63 dos 110 números publicados.

Considerando que o índice de alfabetização em Portugal, em meados do século XX, girava em torno de 50% (MAGALHÃES, 1996), que a maioria dos povos da Guiné não lia o português e que Sarmiento Rodrigues lamentava o desinteresse e o menosprezo da intelectualidade metropolitana em relação ao *Boletim Cultural*, para quem ele fora escrito? A princípio e a par da quantidade de países europeus que receberam, graciosamente, um exemplar, podemos supor que a publicação exerceu, entre outras, a missão política de demonstrar à comunidade internacional o comprometimento efetivo do governo português para com seu império ultramarino.

Numa primeira análise quantitativa apuramos que foram publicadas 24.208 páginas ao longo dos 28 anos de existência do *Boletim Cultural*. Com média de 225 páginas por edição, cada uma delas era organizada em seções. A *Crónica da Colónia* (*Crónica da Província* a partir de 1951) descreve eventos oficiais, discursos proferidos, visitas recebidas e efetuadas, enfim, fornece dimensões do cotidiano e das instituições da Guiné. Destinava-se a “dar conta dos principais factos de administração que vão ocorrendo [...] dando conhecimento a uns do que outros estão fazendo noutra canto da Guiné, contribui-se para a formação mais nítida de um espírito de equipa”<sup>27</sup>. A secção *Etnográfica*, que a partir do nº 5 juntou-se à secção *Notas e Informações*, visava “dar notícias da actividade cultural da colónia, principalmente a do Centro de Estudos”. Pretendia trazer aos leitores “assuntos científicos e culturais do exterior que (fossem) de interesse divulgar por se relacionarem com a colónia ou terem utilidade para os investigadores locais.”<sup>28</sup> A secção *Economia e Estatística* traz informes sobre finanças, transações comerciais da colônia com a metrópole, demais colônias e outros países, bem como a contabilidade final das exportações e importações. Já a secção *Livros e Publicações* informa toda a produção bibliográfica acerca da colônia, bem como se presta a tecer comentários sobre ela.

Também integra a revista a secção denominada *Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa*, a qual só passou a constar dos sumários a partir do nº 61 (1961). Dela constam 438 fotografias<sup>29</sup> de representantes das várias etnias da colônia, bem como suas moradias,

---

<sup>27</sup> BCGP, v.2, n. 6, 1947, p. 559.

<sup>28</sup> BCGP, v.8, n.32, 1953, p. 616.

<sup>29</sup> Há cerca de mais de 3 mil fotografias publicadas no BCGP. Há um estudo sobre a iconografia presente

manufaturas, vestimentas, cerimônias, etc. Em todas as legendas os guineenses não são referenciados por seus nomes, *status* ou atividades, sendo nominados por suas etnias e/ou gênero, numa atitude que remete à coisificação e classificação dos povos submetidos.

Diversos temas são abordados nos 467 artigos, tais como geografia física e humana, economia e administração, direito comum e particular das diversas etnias, demografia, filologia e linguística, botânica, agricultura e silvicultura, zoologia, parasitologia, medicina tropical, religiões, arte, matemática, engenharia civil (pavimentos e construções de moradias), antropologia e aqueles de caráter histórico e etnográfico. Um significativo exemplo é o trabalho de Amílcar Lopes Cabral<sup>30</sup> (BCGP, v XI, nº 43, 1956:11-12), o qual oferece um panorama do caráter comunitário da agricultura guineense. Segundo ele, “o tipo de exploração agrícola varia de povo para povo [...] a terra é um bem colectivo, sendo-o também os produtos das plantas espontâneas. A propriedade privada incide sobre os produtos obtidos pela agricultura praticada pelos elementos constitutivos da família”.

Dos trabalhos voltados à literatura distinguimos dois tipos específicos: os contos recolhidos da tradição oral e os “contos de ficção”. Os primeiros pretendiam traduzir para a forma escrita o que fora apreendido no contato direto com as diversas etnias. Nessa linha merecem destaque os trabalhos de António Carreira junto aos Mandingas, João Eleutério Conduto e os contos Bijagós e Gomes Pereira e os contos Fula. Os “contos de ficção” surgiram, em grande medida, como resultado de prêmios de incentivo concedido pelo Centro Cultural. Fernando Rodrigues Barragão, Alexandre Barbosa e Francisco Valoura são destaques desse tipo de produção e representam uma “série de leituras pessoais das manifestações da oratura [...] versões traduzidas em

---

nas páginas do BCGP no artigo de Clara Carvalho, *O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*.

<sup>30</sup> Amílcar Cabral (1924-1973) nasceu em Bafatá, na Guiné. Era engenheiro agrônomo e colaborou com artigos para o *Boletim Cultural*, na década de 1950, especialmente sobre as práticas agrícolas adotadas pelos povos locais. Foi um dos fundadores do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, e soube aproveitar o conhecimento da região, obtido através dos trabalhos decorrentes do recenseamento agrícola de 1953, para articular a luta armada que desencadeou na luta pela independência.

português (onde) se sente o arrastamento para o apuramento da expressão estética.” (GOMES; CAVACAS, 1997:14).

Dos artigos etnográficos, com os quais pretendemos dialogar ao longo do presente trabalho, selecionamos aqueles que dizem respeito às etnias fula e bijagó. A escolha não foi aleatória, pois a principal característica das etnias escolhidas é que são extremamente diferentes no seu relacionamento com o colonizador. Enquanto a primeira, composta na maioria por islamizados, atuou em parceria com a administração colonial nas *Campanhas de Pacificação*, a segunda, possuidora de uma cosmogonia singular, foi a última das etnias a ser “pacificada” e refratária à colonização.

A título de exemplo, transcrevemos um pequeno trecho do *Breve Ensaio Etnográfico acerca dos Bijagós*, de autoria de José Mendes Moreira<sup>31</sup>, que, numa linguagem francamente eurocêntrica, carregada de estranhamentos, traz sinais dos modos de viver e estar no mundo daquela etnia:

*(o Bijagó) é a personificação viva da preguiça e da indolência, resumindo-se a sua actividade ao exercício da pesca, apanha do coconote e à sementeira do arroz necessário ao seu sustento e ao pagamento dos impostos políticos devidos aos nossos direitos de soberania. Tudo quanto se tem tentado para criar necessidades ao Bijagó, insuflar-lhe o instinto do progresso, interessá-lo na melhoria do seu nível de vida, tudo absolutamente tem esbarrado de encontro à sua indiferença, à resistência passiva ao trabalho, à sua predilecção pela vida livre em plena natureza, na espessura dos seus palmares. E quanta vez não tem ele defendido de armas na mão esse direito de viver livre, ocioso e despreocupado?!*

O choque cultural entre portugueses e bijagós fica evidenciado e aponta para as infrutíferas tentativas “civilizadoras”, as quais encontraram forte resistência por parte dessa etnia, impossibilitada de compreender o “progresso”, o trabalho como forma de geração de excedentes ou a necessidade de acúmulo de riquezas, ideias alheias a seu modo de compreender o mundo. Tal incompreensão causou repúdio e espanto ao articulista que, por sua vez, não era capaz de admitir outras formas de viver senão pela busca do “desenvolvimento”.

É importante ressaltar que as etnias que compunham a Guiné Portuguesa são, majoritariamente, constituídas dentro da tradição oral. Não se deve, entretanto, pensar a tradição oral como um mero conjunto de histórias, lendas ou relatos mitológicos.

---

<sup>31</sup> BCGP, v.1, n.1-4, 1946, p.69-115.

Diferentemente da mundividência ocidental, a tradição oral incorpora uma associação inquebrantável entre o espiritual e o material. Saindo do “esotérico para o exotérico”, está acessível à compreensão dos homens sendo, ao mesmo tempo, “religião, conhecimento ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre [...] permite remontar à Unidade primordial.” Em última instância, a tradição oral faz parte do cotidiano do homem africano e de sua comunidade. É algo bastante próximo deles e que passa ao largo de abstrações significando, portanto, uma visão particular do mundo, ou, como aponta Hampaté Bá (1982:169), “uma presença particular no mundo - um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem.”

O rápido panorama aqui apresentado possibilita antever o valor do *Boletim Cultural* enquanto fonte de pesquisa para diferentes áreas de conhecimento. É um vasto “território” a ser percorrido por estudiosos que pretendam apreender aspectos de povos ainda pouco conhecidos. A contribuição do *Centro de Estudos* e de seus membros colaboradores, independentemente de objetivos subjacentes, não pode ser descartada pelo simples fato de, pretensamente, representar o poder, a cultura hegemônica, ou qualquer nome que se pretenda dar. Acreditamos que o *Boletim Cultural* é um caminho viável e pronto para ser trilhado na busca de vestígios da experiência, do vivido por guineenses que, ao contrário do que se queira supor, foram capazes de construir suas histórias.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUGEL, Moema P. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

\_\_\_\_\_. Sol na Iardi: perspectivas otimistas para a literatura guineense. **Via Atlântica**, São Paulo, n.3, 1999. Disponível em: <http://www.flech.usp.br/dicv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03-03.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2009.

BARBOSA, Muryatan S. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa**, São Paulo, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistasankofa.goglepages.com/eurocentrismo.pdf>. Acesso em: 24 mai.2009.

BARROS, Marcelino M. de. **Litteratura dos negros**: contos, cantigas e parábolas. Lisboa: Typographia do Commercio, 1900;

\_\_\_\_\_. O Guineense, Tradições e Ethnologia. Apontamentos Grammaticões. **Revista Lusitana**, Lisboa, 1900/1901. V. 5, p.175-181 e 271-300; V. 6, p. 300-317

BARRY, Boubacar. Senegâmbia: o desafio da história regional. **Sephis**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. Disponível em: <http://www.sephis.org/pdf/barryportuguese.pdf>. Acesso em: 06 mai.2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. 0.223-232

CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. **Soronda**. Bissau, n. 14, 1992. Disponível em: <http://www.inepbissau.org/Publica%C3%A7%C3%B5es/RevistaSoronda/tabid/61/Default.aspx>. Acesso em: 02 nov.2008.

CARVALHO, Clara. O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. **Soronda**. Bissau, n.8 - Nova Série, 2004. Disponível em: <http://www.inepbissau.org/publica%C3%A7%C3%B5es/revistasoronda/tabid/61/default.aspx>. Acesso em: 21 ago.2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos** e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FALCÃO, Ana Mafalda A C. M. **Antropologia Colonial e a produção de Conhecimento sobre grupos étnicos da Guiné Portuguesa**: reflexão em torno da tese de Mário Humberto Ferreira Marques 'Comportamento dos Mandingas da Guiné'. Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, 3., 2006, Lisboa, **Actas...** Lisboa: APA, 2006. Disponível em: <http://www.apantropologia.net/publicacoes/actascongresso2006/index.asp>. Acesso em: 10 dez. 2009.

FLORETINO, Manolo. **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro séc. XVII - XIX. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda. **A Literatura na Guiné-Bissau**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Coord.) **História Geral da África**. V.I. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

HERNANDEZ, Leila M.G L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ILIFFE, John. **Os Africanos**: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África Negra**, v.II. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

M'BOKOLO, Eliakia. **África Negra**: história e civilizações. Tomo I. São Paulo, Casa das Áfricas, 2009

MAGALHÃES, Justino P. Linhas de Investigação em História da Alfabetização em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.2, mai/jun/jul/ago 1996, p 42-60.

MARQUES, A. H. de O. **Breve história de Portugal**. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As "côres" do império**: representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MATTOS, Regiane A. de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MAXWELL, Kenneth. **O Império derrotado**: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.421-461, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2003000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jun. 2009.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné**: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841 -1936. Lisboa: Estampa 2001, v. I e II.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo, EDUSP, 1997

SERRANO Carlos, WALDMAN, Maurício. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2008.

SWEET, James. H. **Recriar África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

THOMAZ, Omar R. O bom povo português: usos e costumes d'aquém e d'além-mar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, Abr. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132001000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 Jul. 2009.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. São Paulo: Campus, 2003.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Jitu Ten*: a investigação científica na Guiné-Bissau. **Série Antropologia**, Brasília, n.245, 1998. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie245empdf.pdf>. Acesso em: 14 set.2008.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.